

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

NATALIA DE SOUZA SERRA MARSOLI

**AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS E O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NAS
EDUCAÇÃO ESCOLAR**

SÃO PAULO

2023

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

NATALIA DE SOUZA SERRA MARSOLI

**AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS E O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NA
EDUCAÇÃO ESCOLAR:**

Como as políticas neoliberais têm afetado o processo de ensino-aprendizagem do
ler e escrever.

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC apresentado à
Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica de
São Paulo (PUC-SP), Campus Monte Alegre, como requisito
para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Luiza Andreozzi

Marsoli, Natalia

AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS E O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NAS ESCOLAS BRASILEIRAS: Como as políticas neoliberais têm afetado o processo de ensino-aprendizagem das crianças no ler e escrever das crianças. / Natalia de Souza Serra Marsoli. - São Paulo, 2023.

IX, 49 f.: 29 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Campus Monte Alegre, São Paulo,

2023. Orientador (a): Prof^a. Dr^a. Maria Luiza Andreozzi

1. Educação. 2. Alfabetização. 3. Neoliberalismo. I. As Políticas Neoliberais e o Processo de Alfabetização na Educação Escolar. II. Orientador (Andreozzi, Maria Luiza). III. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

2

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC-SP) CURSO
DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA PELA FACULDADE DE EDUCAÇÃO FOLHA
DE APROVAÇÃO**

NATALIA DE SOUZA SERRA MARSOLI

AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS E O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NAS

ESCOLAS BRASILEIRAS

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Licenciatura em
Pedagogia, pela Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo (PUC-SP).

Aprovado em: 6 de novembro de 2023.

Banca Examinadora

(Maria Luiza Andreozzi, Doutora em Educação da PUC-SP).

(Madalena Peixoto, Doutora em Educação na PUC-SP).

(Maria Anita Viviani Martins, Doutora em Educação na PUC-SP). 3

À infância e ao direito de ser criança.

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora, Dr^a. Maia Luiza Andreozzi, por ter acompanhado meu percurso criativo e crítico na elaboração da pesquisa, por ter acreditado no meu trabalho e me

auxiliado e por ter me ensinado tanto.

A meus pais, que sempre estiveram ao meu lado, possibilitaram meus estudos e me apoiaram em minhas escolhas. Não estaria concluindo este percurso se não fosse por eles.

A meu parceiro, Bruno, que esteve comigo ao longo desses anos e sempre me apoiou.

A todas as professoras que me acompanharam até aqui, Karen, Patrícia, Renata e Lara que, com toda paciência do mundo, me ensinaram tudo que sei hoje sobre a sala de aula e minha atuação docente.

A todos os discentes da PUC-SP, que me ensinaram tanto ao longo desses quatro anos e acreditaram em meu potencial como aluna. Um agradecimento especial a Prof^a. Madalena Peixoto, Prof^a. Maria Anita Viviani Martins, Prof^a. Maria Celina Teixeira e ao Prof. Carol Kolyniak.

E aos meus alunos, todos que estiveram ao meu lado e me permitiram ensiná-los e aprender com eles e acompanhá-los em seus processos de crescimento e desenvolvimento, que foram a essência e a inspiração para este trabalho.

*de indagarmos constantemente de
como estamos sendo educadores,
porque há sempre possibilidade de
mudar de ser melhor.”*

- Paulo Freire na revista *Educação Continuada: a Experiência
do Polo 3*. Mogi das Cruzes, SP. 1998. p. 24-30.

SUMÁRIO

RESUMO	8
MEMORIAL DISCENTE	9
INTRODUÇÃO	11
1. CAPÍTULO I: Modernidade Industrial - a Alfabetização na educação escolar	12
1.1. <u>Capitalismo Liberal e Modernidade.....</u>	12
1.2. <u>Alfabetização Escolar no Capitalismo Industrial</u>	13
2. CAPÍTULO II: Modernidade Pós-Industrial - Alfabetização na educação escolar	18
2.1. <u>Capitalismo neoliberal e sociedade globalizada pós-industrial</u>	18
2.2. <u>Alfabetização Escolar no Capitalismo Pós Industrial.....</u>	20
3. CAPÍTULO III: Ler e Escrever - Adaptação Social ou Emancipação Política?	23
3.1. <u>Na Visão da Psicogênese da Língua Escrita de Emília Ferreiro e Ana Teberosky</u>	27
3.2. <u>A Alfabetização Política de Paulo Freire</u>	31
4. CAPÍTULO IV: Neoliberalismo, Gestão Empresarial e Analfabetismo Funcional	35
4.1. <u>Entrada de empresas de Capital Aberto na Educação Básica Brasileira</u>	36
4.2. <u>O Analfabetismo Funcional no Brasil e seus efeitos socioculturais na população</u>	38
4.3. <u>A “empresarização” das escolas: Alfabetização como ato político em risco</u>	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47

ESCOLAS BRASILEIRAS

Natalia de Souza Serra Marsoli

Resumo: A presente monografia tem o intuito de discutir o impacto das políticas neoliberais no processo de ensino-aprendizagem da leitura e escrita de crianças, jovens e adultos no Brasil atual. A pesquisa apresenta o contexto histórico da educação no período do capitalismo industrial e financeiro, assim como as lógicas reprodutivas trabalhistas dessas épocas. Paralelamente, são trabalhadas as teorias alfabetizantes de Emília Ferreiro e Ana Teberosky - Psicogênese da Língua Escrita - e as pesquisas de Paulo Freire referentes à alfabetização política de jovens e adultos, enquanto, igualmente, é discutido o contexto da participação de empresas de capital aberto na educação básica brasileira desde 2012. Através de um estudo bibliográfico de diversos autores, matérias e outras pesquisas diversas, busca-se discorrer acerca da necessidade de alavancarmos a manifestação decorrente dos acontecimentos nas últimas décadas que acometeram a alfabetização e educação dos brasileiros.

Palavras-chave: Educação. Alfabetização. Leitura. Escrita. Neoliberalismo.

Abstract: *The current monography aims to discuss the impact of neoliberal politics in the teaching process of children, teenagers and adults learning to read and write in coeval Brazil. The research presents the historical context of education during industrial and financial capitalism along with the reproduction labor logic of those timelines. Further, it is analyzed the literacy theories of Emilia Ferreiro and Ana Teberosky, in Written Language Psychogenesis, and Paulo Freire's reference work in the political literacy of young teenagers and adults, while also researching over the context of participation of open capital companies in Brazilian basic education system since 2012. Through the bibliographic study of many authors, academic articles and many other researches, emerges the necessity of a manifestation on the subject regarding the historical events happening in brazilian literacy and education.*

Key-words: Education. Lettering. Reading. Writing. Neoliberalism. 8

MEMORIAL DISCENTE

“Professora”, “docente” e, às vezes, o tão difamado “tia” são os nomes comumente dados a nós, pedagogas, aquelas que dedicam a vida a entender a ciência da educação, do desenvolvimento e do processo de ensino-aprendizagem.

Escolher este ramo não foi algo do destino, muito pelo contrário, esteve sempre em minha vida. Crescida num lar com dois pais professores de inglês e artes marciais, estive por toda minha vida envolvida nesta prática tão complexa, que se estende numa teia de conexões com outros saberes. Com o tempo entendi, o professor é o verdadeiro eterno aprendiz.

Originalmente, tinha a intenção de dar aulas para adolescentes através do ensino de línguas, talvez português ou inglês, na época não sabia ao certo. Minha mente estava tão centrada nisso que sequer cogitava outras possibilidades. Então, apenas pela tentativa e pelo acaso, prestei vestibular para pedagogia, exclusivamente na PUC-SP, enquanto, nos outros vestibulares, prestei para letras. Felizmente, não passei nos outros, embora na época tenha ficado muito chateada por ter sido impedida de concretizar meus supostos sonhos. Porém, tudo mudou quando comecei a ter aulas na graduação em pedagogia.

Assim, me encontrei como estudante de pedagogia e me percebi contemplando tantas vias diferentes de conhecimento e encarando a realidade complexa da infância que fiquei maravilhada. Então, aquela tristeza que um dia me acometeu de não ter “realizado meus sonhos” mudou completamente, agora tinha um novo sonho a realizar. A estudante dos primeiros semestres da faculdade não é a mesma dos semestres finais. Isso porque, em minha formação, passei por um processo de transformação, não pelo que é ensinado necessariamente, mas pelo que é vivido e trocado entre as pessoas e as crianças de nosso dia-dia. Estar em sala de aula foi o que concretizou minha identidade docente, foi como os saberes entraram em prática e o meio pelo qual percebi que sabemos... de quase nada. Cada ano, a cada turma com que convivi, tive a sensação de que estava um pouco mais pronta para encarar a realidade escolar.

Com o tempo, compreendi que a vida do mundo pedagógico está na sala de aula, que não precisa ser necessariamente em uma escola, visto que sala de aula é qualquer lugar em que se faz o processo de ensino-aprendizagem significativo,

verdadeiro e pedagogicamente intencional. A sala de aula é o organismo vivo do aprender, do desenvolvedor e do processo de transformação dos sujeitos; não apenas das crianças, mas de adultos igualmente.

Meu primeiro contato com o enfoque da pesquisa foi logo no início da graduação, através de algumas aulas que tive sobre a história da educação, de modo que a tarefa final fosse a elaboração de uma resenha avaliativa sobre um texto que tratava do neoliberalismo na educação, e, assim, me envolvi profundamente no assunto. Ademais, anos mais tarde me engajei em uma Iniciação Científica, que foi a porta de entrada para o meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Pude mergulhar neste tema tão complexo e encarar a realidade que estamos vivendo no Brasil, a qual conta com uma crise educacional extremamente mascarada, escondida, que faz com que os professores percam gradativamente sua autonomia em sala de aula e que as escolas fechem suas portas por falta de gerenciamento apropriado. Não é um cenário agradável para ninguém. Porém, acredito que a pedagogia é muito mais que isso, é uma área com infinitas possibilidades, com profissionais multifacetados e muitos, mas muitos, pesquisadores, capacitadores e escritores disponíveis tornar mudanças possíveis. Se tem uma coisa que sei é que nunca vamos abaixar a cabeça frente aos desafios da educação. Por conseguinte, a presente pesquisa vem como uma crítica, uma indagação e, acima de tudo, uma manifestação a favor da pedagogia, dos pedagogos e de uma educação digna a todos.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem intenção de investigar o fenômeno atrelado à influência crescente que vem se concretizando através do Neoliberalismo no cenário educacional, especificamente no processo de ensino-aprendizado da leitura e escrita na educação básica brasileira.

Desta forma, será analisada, primeiramente, a formação e desenvolvimento da corrente de pensamento neoliberal, dentro de suas diferentes etapas históricas: partindo de seu princípio no liberalismo clássico do começo do capitalismo industrial até o ultraliberalismo do capitalismo financeiro, como observamos nos tempos atuais.

É relevante ressaltar que os cenários políticos e econômicos que serão identificados serão analisados paralelamente ao contexto educacional de cada época e como o desenvolvimento da escola, das metodologias e da forma de entender a construção do ler e escrever se dá de forma atrelada a estes processos históricos.

Utilizo como referência para abordar este tema no contexto atual: Paulo Freire, Emília Ferreiro, Christian Laval, Perry Anderson e Leo Panitch, pontuando a gravidade do impacto que o neoliberalismo tem causado na educação básica (desde de sua entrada em 2012) até os dias atuais. Destacadamente no que tange o processo de Ler e Escrever, ao me utilizar dos autores selecionados, busco apontar

sua intencionalidade pragmática e ideológica no entendimento da transformação do capitalismo, reapropriando a função da educação escolar destacada da alfabetização. Dessa forma, vai ocorrendo um esvaziamento da leitura e escrita como ato político.

O objetivo deste estudo é apresentar, de forma consciente e crítica, que no contexto apresentado a Leitura e a Escrita vêm perdendo seu trabalho simbólico político e esvaziando-se em prol de uma leitura e escrita alinhada ao discurso neoliberal. Busco levantar os questionamentos-chaves e apontar a necessidade de uma mobilização concreta por parte dos professores, pesquisadores e estudiosos da educação em relação a esta temática, extremamente urgente e atual.

11

CAPÍTULO I: Modernidade Industrial - a alfabetização na educação escolar Para entendermos a fundo a realidade dos impactos do Ultraliberalismo na educação no século XXI e seus efeitos na alfabetização infantil, é necessário que nos atentemos à história e retornemos ao ponto de partida, a origem histórica da escola e a relevância da alfabetização.

1.1. Capitalismo Liberal e modernidade

“O melhor governo é o que mesmo governa”, como afirma Henry David em seu livro *A Desobediência Civil* do século (1846, p.1). É uma frase que exemplifica muito bem o pensamento do Liberalismo Clássico, da lógica liberal. Prega um governo distante, que atua apenas como um suposto protetor social, com registros de seu surgimento em meados do século XVII, garantindo a segurança dos cidadãos e evitando ao máximo intervir no funcionamento da economia, garantido o sistema do livre comércio. Mestre renomado, Adam Smith (1723 - 1790), um dos primeiros autores do liberalismo clássico, apresentou o conceito "auto regulador" da economia através da famosa analogia da “Mão Invisível do Mercado”.

Outro exemplo importante é o livro *A Riqueza das Nações*, também de Adam Smith (1776), uma das obras pioneiras a apresentar concretamente a lógica do liberalismo clássico enquanto meio de reprodução econômica, que propõe, para

além da não interferência estatal na economia, a liberdade contratual entre patrão e empregado e o conceito de propriedade privada. Contudo, percebe-se que a lógica do Liberalismo Clássico permanece restrita à atuação no âmbito da economia e do mercado.

Dessa forma, o Liberalismo Clássico sustentou o Capitalismo Industrial e a identificação da modernidade. A lógica do capitalismo industrial é conhecida pela seguinte equação mercadológica bastante simples: *trabalho + produção = lucro*, ou seja, o trabalho aplicado na produção gera o produto que, ao ser vendido, produz lucro. O Capitalismo Industrial perdurou como lógica central para a organização da vida social até o começo do século XX.

1.2. Alfabetização escolar no Capitalismo Industrial

12

A industrialização é marcada por várias transformações guiadas pela ideologia do “progresso” que também englobou a área de educação. Consequentemente, promoveu gradativamente relações sociais progressistas, pois a industrialização implica na transformação da natureza, produzindo objetos que introduzem mais bem estar social. Logo, o conhecimento da leitura e da escrita, que era antes preservado apenas a membros da elite e da igreja como um privilégio, passa a ser discutido dentro da narrativa da industrialização, em uma outra perspectiva.

Com a queda da Bastilha (marcando o fim do Absolutismo), há a ascensão da lógica Iluminista, sustentando a constituição da sociedade moderna. Gradativamente, uma reforma social geral acomete a Europa contra a monarquia e o feudalismo, quando poucos tinham acesso aos conhecimentos. Com a industrialização surge uma idealização para o progresso e, por conseguinte, se faz necessária a “universalização” da escrita e da leitura.

Um marco histórico importante para entender o surgimento da demanda supra, no que diz respeito à acessibilização da escrita, é o surgimento da imprensa, criada pelo alemão Johannes Gutenberg (1398 - 1468), que desenvolveu a primeira máquina de impressão com tipos móveis por volta de 1439, no século XV. A criação de Gutenberg foi responsável por revolucionar a forma como se produziam livros e materiais escritos no geral, indicando, consequentemente, um impacto na

leitura e escrita ocidental. Desencadeou, mais tarde, o que viria a ser conhecido como uma rápida expansão e desenvolvimento da indústria tipográfica no continente europeu.

No entanto, junto a este avanço vem a crise das atividades anteriores, nas quais a leitura e escrita era atividade restrita aos escribas, gerando, principalmente, um desconforto aos membros da igreja:

“Os escribas, cujo negócio era ameaçado pela nova tecnologia, deploraram desde o início a chegada da imprensa gráfica. Para os homens da Igreja, o problema básico era que os impressos permitiam aos leitores que ocupavam uma posição subalterna na hierarquia social e cultural estudar os textos religiosos por conta própria, em vez de confiar no que as autoridades eclesiásticas lhes ensinavam. O surgimento de jornais no século XVII aumentou a ansiedade sobre os efeitos da nova tecnologia. Na Inglaterra, na década de 1660, sir Roger L’Estrange, o censor chefe de livros, ainda

13

questionava se ‘mais males que vantagens eram ocasionados ao mundo cristão pela invenção da tipografia.’ (BRIGGS, BURKE, 2004, p. 99).”
(Marcos, RODRIGUES. 2012, p. 191. Grifo Nosso.)

Percebe-se que um dos focos de preocupação inicial era exatamente a acessibilização da escrita para um público maior. Contudo, com o crescimento e viabilização do acesso a materiais escritos, em conjuntura com a ideologia de progresso articulada ao capitalismo e à sociedade industrial, a leitura e a escrita passaram a serem habilidades necessárias a todos para o bem comum da sociedade:

“Em primeiro lugar, é preciso distinguir o alcance social da influência da escrita manufaturada, em relação à escrita impressa. Enquanto a escrita era conhecida e utilizada apenas por uma elite pensante e governante, as sociedades constituíam-se por meio das tradições orais, porque a esmagadora maioria não experimentava os efeitos cognitivos e intelectuais da leitura. Porém, com a invenção da imprensa de tipos móveis, o baixo custo dos livros coincide com a crescente alfabetização da população europeia, quando tem início grandes transformações culturais.” (Marcos, RODRIGUES. 2012, p. 192. Grifo Nosso.)

Também, como pontua Rodrigues, os dados referentes ao índice da

alfabetização da Europa como um todo teve um crescimento significativo com o passar dos anos:

“Na Nova Inglaterra, a porcentagem da população alfabetizada cresceu para 50% durante a primeira metade do século XVII e ampliou-se para mais de 70% por volta de 1710; ao tempo da Revolução Americana, atingiu cerca de 90%. Alguns estudiosos chegam a dizer que tais níveis de alfabetização deveram-se a um efeito colateral da fé puritana, que pregava a importância de se ler a Bíblia. No País de Gales, a alfabetização ampliou-se velozmente durante o século XVIII, quando Griffith Jones desenvolveu um sistema de escolas itinerantes, que auxiliaram todos a ler a Bíblia em galês. Acredita-se que em 1750, o País de Gales ostentava a maior população letrada do mundo ocidental. Historicamente, portanto, os índices de alfabetização nos países reformistas do norte da Europa sempre foram elevados; em 1686 uma lei religiosa do Reino da Suécia (que à época incluía também a Finlândia e a Estônia) estimulou o letramento e, cem anos depois, ao fim do

14

século XVIII, o nível de alfabetização alcançou quase 100%.” (Marcos, RODRIGUES. 2012, p. 192. Grifo Nosso.)

Paralelamente, outra referência importante para a compreensão da ampliação da alfabetização na Europa é o Relatório e Projeto Sobre a Organização Geral da Instituição Pública (1792) apresentado pelo pensador iluminista francês Jean Condorcet (1743 - 1794). Nele, Condorcet apresenta o primeiro projeto de escola pública, gratuita e laica para todos, onde se destacam a escrita e a leitura:

“A leitura e a escrita serão ensinadas nessas escolas, o que supõe necessariamente algumas noções gramaticais, ao que será acrescentado: regras da aritmética, métodos simples para medir com exatidão um terreno, ou um edifício; uma inscrição elementar das produções do país, procedimentos da agricultura e das artes; o desenvolvimento das primeiras ideias morais e regras de conduta que delas derivam; enfim, os princípios da ordem social que podem ser colocados ao alcance da infância.” (CONDORCET. 1792, p. 4. Grifo nosso.)

Identifica-se aí como o acesso à educação era significativo para a constituição de uma sociedade moderna, destacadamente a partir do ler e escrever. Assim, possibilitando,, uma alfabetização política, para além da habilidade mecânica,

da forma como está proposto no projeto de Condorcet. A noção de alfabetização como um direito de todos estava necessariamente vinculada ao Estado de Bem Estar Social, ou seja, à responsabilidade do Estado em garantir o acesso de todos à educação escolar, acesso, portanto, à cidadania e aos seus direitos através da educação escolar, na qual a alfabetização tem lugar relevante. Observamos claramente no relatório de Condorcet que:

“Oferecer a todos os indivíduos da espécie humana os meios de suprir suas necessidades, de assegurar seu bem-estar, de conhecer e exercer seus direitos, de entender e cumprir seus deveres;

Garantir a cada um a facilidade de aperfeiçoar sua indústria de se tornar apto às funções sociais para as quais cada um tem o direito de ser chamado, de desenvolver toda a extensão de talentos que recebeu da natureza; e, assim, estabelecer entre os cidadãos uma igualdade de fato e tornar real a igualdade política reconhecida por lei; tal deve ser o primeiro objetivo de uma instituição nacional; e sob este ponto de vista, é, para o poder público, um dever de justiça.” (CONDORCET. 1792, p.1)

15

O relatório de Condorcet reproduz o acesso de todos à educação, gratuitamente, introduzindo o acesso de todos à leitura e à escrita. Entretanto, temos que assinalar que a edificação da modernidade industrial é protagonizada pela burguesia, que, com o poder econômico conquistado, obtém o poder político de governança do Estado. Nesse sentido, o projeto de educação escolar de Condorcet sofrerá transformações, privilegiando os interesses econômicos e políticos da burguesia através do Estado.

De toda forma, para viabilizar à sociedade moderna industrial o acesso à leitura e à escrita como uma alfabetização política e crítica relevante, articulada à criação da imprensa e da indústria tipográfica ao ler e escrever de forma como Condorcet discorre em seu projeto, era necessário para todos no sentido de possibilitar a sociedade industrial, de progresso. Também reverberou como algo incômodo, como afirma Rodrigues (2012): “Para os homens da Igreja, o problema básico era que os impressos permitiam aos leitores que ocupavam uma posição subalterna na hierarquia social e cultural estudar os textos religiosos por conta própria(...)” (p. 191). Este aspecto irá dificultar o acesso à leitura e à escrita para todos. Por isso, este processo de viabilização e acessibilidade também se trata de

algo que futuramente irá motivar uma segregação escolar entre as diversas camadas sociais.

16

CAPÍTULO II: Modernidade Pós-Industrial - alfabetização e educação escolar no capitalismo financeiro

A partir da segunda metade do século XX (meados de 1950), tem início a Terceira Revolução industrial, também conhecida como a Revolução Tecnológica, que apresenta um avanço significativo nos materiais, estruturas e sistemas tecnológicos (como computador, internet etc.). Junto com as mudanças da organização produtiva humana, acontecem alterações da estrutura social.

2.1. Capitalismo neoliberal e sociedade globalizada pós industrial Após o final da Segunda Guerra Mundial, a expansão da Terceira Revolução Industrial (Revolução Tecnológica) e com o efeito da Globalização¹, pode-se perceber a formulação e o desenvolvimento da passagem da lógica do Capitalismo Industrial para a lógica do Capitalismo Financeiro, um dos marcos históricos para entendermos a passagem do Liberalismo Clássico para o Neoliberalismo. É importante ressaltar essa mudança estrutural, pois não se altera apenas a forma que o trabalho e a produção se organizam, mas também as relações sociais. Diferente do Capitalismo Industrial, perante o qual o lucro era um **resultado** do trabalho produtor de

mercadoria (*Trabalho + produção = lucro*), no Capitalismo Financeiro, o Lucro passa de produto final a **ponto de partida**, ou seja, o Lucro passa a definir a lógica de trabalho e o valor da mercadoria (portanto, a fórmula passa a ter: *lucro >*). É possível exemplificar a logística do Capitalismo Financeiro através de organizações como Bancos (que acumulam capital), a bolsa de valores (dinheiro que produz mais dinheiro) e o mercado imobiliário (investimentos, especulações etc.). Estes ajustes do capital passam a gerenciar uma nova forma de organização das relações sociais, são todas modalidades lucrativas onde o lucro inicial é o que define a condição do trabalho e como a mercadoria irá ser vendida, ou seja, o consumo.

A reestruturação sistêmica do capitalismo não afeta apenas o mercado e a economia, mas também a organização social. A lógica financeira implica num pensamento muito mais individualista, ganancioso, autocentrado e competitivo das pessoas, pois num mundo onde o que mais vale é o lucro, os indivíduos devem

¹ Globalização: foi um fenômeno que aconteceu ao redor do globo, concretizando-se na virada do século XXI, afirmando a globalidade da influência do sistema capitalista no mundo todo.

sempre priorizá-lo. É exatamente nisso que o Neoliberalismo irá se pautar enquanto ideologia do Capitalismo Financeiro.

O Neoliberalismo é fundado por pensadores da Escola Austríaca de Economia como Friedrich Hayek (1899 - 1992), em meados da metade do século XX. Hayek afirma em seu livro *O Caminho da Servidão* (1944): “O princípio orientador - o de que uma política de liberdade para o indivíduo é a única política que de fato conduz ao progresso - permanece tão verdadeiro hoje como foi no século XIX” (HAYEK. 1944, p. 214).

Esta via de pensamento, agora lapidada pelos efeitos do tempo e do reordenamento capitalista ao redor do globo, é resultado do processo de internacionalização do capital. Elaborando a ideologia para viabilizar uma nova ordem mundial para o capital, um pensamento ainda mais extremista é expresso no Novo Liberalismo ou Neoliberalismo. Radicalizando, o Estado, que antes ainda participava enquanto “protetor” do bem estar social, vai se esvaziando de seu compromisso político para com a população - “o melhor governo é o que menos governa” (DAVID, 1846, p.1). Surge então o Estado aliado à privatização dos serviços públicos. Assim, a intervenção do Estado na economia vem se fragilizando

de forma a não interferir em mais nenhum sentido pois, agora, neste cenário até mesmo a proteção e a segurança dos cidadãos pode se tornar uma mercadoria para lucro através da privatização.

Perry Anderson, historiador inglês, consegue ilustrar muito claramente em sua fala as características do Neoliberalismo, decorrentes da implantação e surgimento do capitalismo financeiro, no livro *Pós-Neoliberalismo: as Políticas Sociais e o Estado Democrático* (2008), discutindo acerca do balanço do Neoliberalismo:

“Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos de seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau que seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples ideia que não há alternativas para seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se às suas normas.” (ANDERSON. 2008, p. 12)

18

Percebe-se como o Neoliberalismo produz um fenômeno extremamente volátil e irregular, com muitas premissas, promessas e idealizações acerca do sistema capitalista que não necessariamente vêm se concretizando nos últimos anos. Indica-se, então, que se trata de uma corrente de pensamento econômica imprevisível não apenas para o mercado, mas para a sociedade como um todo.

2.2. Alfabetização escolar no capitalismo neoliberal

Qual seria o lugar da Leitura e Escrita neste novo contexto? A educação e a escolaridade, entendidas anteriormente como um bem comum que deve ser garantido pelo Estado, mas que ainda não foi efetivado, ao invés de caminhar para o desenvolvimento do acesso a todos, entra em processo de deterioração. Com isto, o processo de leitura e escrita se deteriora.

Significa dizer que o processo de industrialização que expandiu os índices de alfabetização, diante da financeirização do capital, vai passando por processos de enfraquecimento. Isto é, o entendimento crítico da Leitura e a Escrita, enquanto um ato político de comunicação e expressão dos sujeitos, sofre um esvaziamento pela

falta de investimento, pela precarização da participação do Estado e pela forma como a leitura e a escrita são apropriadas pelos interesses do capitalismo financeiro, desmontando a noção do estado de bem estar social.

Após o fenômeno da globalização, as características centrais do Neoliberalismo se intensificam e ganham, cada vez mais, posicionamentos extremistas: estimulando a competição extrema (em ambientes profissionais e acadêmicos), o egocentrismo cego e o individualismo. Assim também abrem espaço para o agravamento de diversas doenças psicossomáticas, emocionais e mentais ao redor do mundo. Essa é a fase do **Ultraliberalismo**, baseada na premissa do livre mercado, sem restrições governamentais, defendendo a flexibilização de leis que garantem direitos trabalhistas (como controle do horário de trabalho, direito a férias etc.) e a entrada de empresas de capital aberto em instituições, anulando direitos básicos como a moradia, a alimentação e a segurança.

O interesse de tornar acessível a educação para todos cai por terra, pois o enfoque não se trata mais de prover condições sociais para alavancar a industrialização. A direção do capital financeiro é a instrumentalização das pessoas e da vida social para o consumismo. A leitura e a escrita deixam de ser um fator

19

significativo para a produção. Ademais, no capitalismo financeiro se introduzem diversas “irregularidades”: quanto mais se desregulamenta, procedimentos, leis, exigências etc., maior a possibilidade de lucro, investimento. Direta ou indiretamente, essas “irregularidades” e “irracionalidades” sistêmicas vão afetar a leitura e a escrita. Neste cenário, a alfabetização política não é recomendável na medida que possibilita intervenção dos sujeitos através de uma crítica social e política. A alfabetização deve se tornar um instrumento de capital para o consumo do mercado.

Paralelamente, um artigo jornalístico americano de *The Guardian*, “*Sick of this market-driven world? You should be*” (em português: “Cansado deste mundo orientado pelo mercado? Você deveria estar”), de autoria de George Monbiot (2014), entrevista o cientista político Leo Panitch e discorre a respeito do agravamento do cansaço mental que os trabalhadores vêm sofrendo em um mundo orientado pela lógica do mercado:

“Hoje as narrativas dominantes do fundamentalismo de livre mercado, amplamente conhecido na Europa como Neoliberalismo. A história que é

disseminada afirma como o mercado consegue resolver quase todas as questões sociais, econômicas e políticas. (...) Verhaeghe aponta como o neoliberalismo parte de ideais da Antiga Grécia, que nossas éticas são inatas (e governado por um estado de natureza chamado de mercado) e na ideia Cristã que a humanidade é inerentemente egoísta e aquisitiva, ao invés de buscar suprimir essas características, as mesmas são celebradas pelo neoliberalismo: clama que a competição irrestrita, guiada pelo interesse próprio, leva inovação e crescimento econômico, realçando o bem estar de todos.” (MONBIOT. 2014, p.1) (Tradução própria e grifo nosso).

Dessa forma, partindo de tudo que observamos sobre o crescimento e o desenvolvimento do Neoliberalismo, podemos observar como a construção do ler e escrever hoje em dia se dá focando especificamente no lucro, ou seja, a importância da leitura de mundo está completamente voltada ao pensamento mercantil e à lógica da mais valia, criando sujeitos que sejam capazes de continuar fazendo o mecanismo do sistema continuar girando. Desta forma, não estamos mais buscando cultivar a criticidade em cada ser, tornando-os incapazes de refletir sobre o mundo.

20

CAPÍTULO III: Ler e Escrever - Adaptação Social ou Emancipação Política

A alfabetização compreende duas dimensões simultâneas: em primeiro plano, a Alfabetização enquanto ato Político; em segundo plano, a Alfabetização enquanto ato Semântico.

Por isso, quando nos referimos a alfabetização, o termo deve ser entendido para além de sua definição amplamente conhecida, isto é, para além de um código de comunicação. Como afirma Barboza, o “aprendizado do alfabeto e de sua utilização como código de comunicação”, enquanto objeto de estudo “alfabetização”, será entendido, principalmente, como “construção do ler e escrever” de acordo com as duas perspectivas previamente mencionadas: política e semântica (BARBOZA, 2016, p.16).

Para pontuar o ponto de partida da compreensão da construção do ler e escrever no contexto brasileiro, é primordial voltar aos principais documentos nacionais de educação, dentre os quais recebe destaque a Lei 9.394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), prevista pela Constituição Federal

(CF/88). Reitera-se, então, que , ao tratar da alfabetização como direito fundamental, em inciso incluído pela Lei nº 14.407/22, a LDB estipula:

“XI – alfabetização plena e capacitação gradual para a leitura ao longo da educação básica como requisitos indispensáveis para a efetivação dos direitos e objetivos de aprendizagem e para o desenvolvimento dos indivíduos. (Incluído pela Lei nº 14.407, de 2022)” (p.3)

Assim, a alfabetização é entendida como uma das capacitações básicas esperadas da educação brasileira, a qual deve ser efetivada, de fato, em todas as escolas, ou seja, deve ser acessível e acessada por todos. Complementarmente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2019), documento de referência para os parâmetros educacionais brasileiros, trata o processo de enraizamento dos conhecimentos linguísticos como um fenômeno multifacetado que não se concentra apenas na habilidade de reconhecer a língua como um código comunicativo, mas também como uma ferramenta que possibilita múltiplas formas de expressão (artísticas, corporais, matemáticas, sociais etc.):

“Assume-se aqui a perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem, já assumida em outros documentos, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), para os quais a linguagem é ‘uma forma de ação

21

interindividual orientada para uma finalidade específica; um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes numa sociedade, nos distintos momentos de sua história’ (BRASIL, 2019, p. 20).” (p. 67)

O conhecimento linguístico escolar, abraçando também o aspecto sócio-político da língua enquanto uma ferramenta democrática e democratizante: “Eis, então, a demanda que se coloca para a escola: contemplar de forma crítica essas novas práticas de linguagem e produções, não só na perspectiva de atender às muitas demandas sociais que convergem para um uso qualificado e ético das TDIC – necessário para o mundo do trabalho, para estudar, para a vida cotidiana etc. –, mas de também fomentar o debate e outras demandas sociais que cercam essas práticas e usos. É preciso saber reconhecer os discursos de ódio, refletir sobre os limites entre liberdade de expressão e ataque a direitos, aprender a debater ideias, considerando posições e argumentos contrários.” (p. 69)

Significa dizer que a construção do saber ler e escrever é compreendida como uma maneira de possibilitar ao sujeito a capacidade de refletir e analisar a realidade à sua volta.

A BNCC é um documento que idealiza um plano teórico, o que se espera do trabalho educacional brasileiro em relação à realidade empírica. Portanto, nem tudo que é posto como um parâmetro legal representa condição de se efetivar plenamente nas escolas brasileiras e muito pode se dizer sobre o próprio cenário da alfabetização: “Brasil tem mais de 10 milhões de analfabetos, apesar da queda da taxa em 2022.”, a manchete da matéria no Jornal da USP, de autoria de Suzana Nazar (2023), afirma: “Especialistas falam da queda na taxa, de acordo com os dados divulgados pelo IBGE, mas dizem que a erradicação do analfabetismo até 2024, como pretendia o Plano Nacional de Educação, é improvável.” (NAZAR. 2023, p.1. Grifo nosso). Consequentemente, mesmo com os apontamentos e perspectivas progressistas dos documentos nacionais referentes aos saberes linguísticos da nação, a realidade empírica nem sempre é correspondente.

“Além disso, Soraya pontua que os maiores desafios relacionados ao combate do analfabetismo estão ligados muito mais a questões sociais, políticas e ideológicas do que a questões metodológicas e pedagógicas. ‘Pensar em alfabetização e letramento não significa pensar somente na aquisição de um código escrito, no sentido restrito de alfabetização, como a

22

aquisição de um alfabeto ou a aprendizagem de um sistema linguístico, mas, sim, garantir que quem esteja aprendendo a ler e escrever realmente possa fazer uso da leitura e da escrita em suas práticas sociais’, explica.” (NAZAR, p.2. Grifo nosso.)

Hoje no Brasil vivemos um cenário sócio-político-histórico bastante controverso e dividido, marcadamente neoliberal e violento. A realidade econômica do país coloca diversas pessoas em uma posição de miséria que é fortemente mantido pelos grupos sociais dominantes mantendo um sistema desigual e segregado. Porém, em favor de quê?

A lógica Ultraliberal capitalista propõe a lógica do livre mercado, da ampla concorrência, da privatização e do distanciamento do órgão governamental das

participações nas decisões econômicas e políticas, alimentando valores nos sujeitos como o extremo individualismo, a competição irrestrita, a desumanização das relações de trabalho e a desigualdade social. Em um cenário como esse, qual seria o efeito de termos estes 10 milhões de brasileiros politicamente alfabetizados, ou então, como propõe Soraya Romano:

“Ensinar simplesmente por meio de cartilhas, de material didático, a lição com família silábica, isso não vai mudar o cenário da alfabetização no Brasil. Nós realmente precisamos entender que as práticas sociais de leitura e escrita são significativas para nós aqui fora da escola e elas têm que ser também significativas para os sujeitos dentro da escola. É uma mudança de concepção de sujeito, alfabetização, letramento, leitura, escrita e interpretação de texto.” (NAZAR, p.3. Grifo nosso.)

Dentro dessas condições, é latente o impacto causado se estes sujeitos realmente pudessem fazer uso do conhecimento da leitura e da escrita em suas práticas sociais, pois, introduziria a possibilidade de questionar, intrigar-se, investigar e criticar, que possibilitaria a transformação da realidade cotidiana na vida social neoliberal.

A Alfabetização, se mecanizada, dificulta o trabalho de elaboração de signos e não possui um vasto significado na vida dos sujeitos, visto que acaba planificando este processo de construção de saberes complexo e orgânico, simplificando-o. Assim, o trabalho significativo da construção do ler e escrever parte do princípio de

23

que a alfabetização enquanto articulada de forma dialética, existe em dois planos simultâneos e paralelos: do ato político e do ato semântico.

Desta forma, para compreender com substância como se dá a alfabetização enquanto ferramenta emancipatória, é necessário compreender o trabalho da Psicogênese da Língua Escrita de Emília Ferreiro e Ana Teberosky e da alfabetização crítica de Paulo Freire.

3.1. Na visão da Psicogênese da Língua Escrita de Emília Ferreiro e Ana Teberosky

“Por trás da mão que pega o lápis, dos olhos que olham, dos ouvidos que escutam, há uma criança que pensa. Essa criança que pensa não pode ser reduzida a um par de olhos, de ouvidos, e uma mão que pega o lápis. Ela

pensa no propósito da língua escrita. O processo de alfabetização nada tem de mecânico, do ponto de vista da criança que aprende.” (FERREIRO; TEBEROSKY, 1986, p. 68)

Na obra atemporal “Psicogênese da Língua Escrita” (1986), de Emília Ferreiro e Ana Teberosky, as autoras, pesquisadoras e educadoras argentinas exprimem de forma extremamente detalhada uma visão revolucionária sobre a forma como entendemos a alfabetização infantil e o processo de aquisição da linguagem. Desta forma, Ferreiro e Teberosky compreendem que a construção do ler e escrever transpassa o aspecto mecânico e interpela toda uma rede de saberes², como indicam:

“(…) Pretendemos demonstrar que a aprendizagem da leitura, entendida como questionamento a respeito da natureza, função e valor deste objeto cultural que é a escrita, inicia-se muito antes do que a escola imagina, transcorrendo por insuspeitados caminhos. Que além dos métodos, dos manuais, dos recursos didáticos, existe um sujeito que busca a aquisição de conhecimento, que se propõe problemas e trata de solucioná-los, segundo sua própria metodologia... insistiremos sobre o que se segue: trata-se de um sujeito que procura adquirir conhecimento, e não simplesmente de um sujeito disposto ou mal disposto a adquirir uma técnica particular. Um sujeito que a psicologia da lecto-escrita esqueceu (...).” (FERREIRO; TEBEROSKY, 1986, p. 11. Grifo Nosso.)

2

24

A obra foi publicada um ano após o final da ditadura no Brasil, momento bastante significativo, pois foi a partir desse marco que foi possível repensar o ler e escrever de nossas crianças. Logo, a partir da década de 90, o método alfabetizante da psicogênese da língua escrita passa a ser um dos parâmetros possíveis para a construção do ler e escrever (junto com o método silábico e fônico). Reflete-se na visão das autoras a construção do ler e escrever para além da palavra, como ato que engloba não apenas a habilidade motora da escrita, mas a conjuntura real destes saberes na vida prática humana enquanto ferramenta para exercer a cidadania e compartilhar conhecimento. Em um artigo do *Caderno de Formação:*

Conteúdo e Didática da Alfabetização, de Sônia Maria Coelho (2010), professora da Universidade Estadual Paulista (UNESP), desenvolvido em parceria pelos pesquisadores Onaide Mendonça e Olympio Mendonça, ao mencionar a obra de Ferreiro e Teberosky, afirmam:

“Portanto, a Psicogênese da Língua escrita descreve como o aprendiz se apropria dos conceitos e das habilidades de ler e escrever, mostrando que a aquisição desses atos linguísticos segue um percurso semelhante àquele que a humanidade percorreu até chegar ao sistema alfabético, ou seja, o aluno, na fase pré-silábica do caminho que percorre até alfabetizar-se ignora que a palavra escrita representa a palavra falada, e desconhece como essa representação se processa. Ele precisa, então, responder a duas questões: o que a escrita representa e o modo de construção dessa representação.” (p. 39. Grifo Nosso)

Portanto, ambas autoras entendem o processo de construção de ler e escrever como uma elaboração ativa da criança (ou do adulto), articulando este ato e sua relação intrínseca entre a cultura e o código de comunicação. Isto é, não se caracteriza apenas como um processo mecânico, mas semântico, de introduzir significados simbólicos à cultura e promover a participação da leitura e da escrita na cultura. Desta forma, para entender melhor o trabalho de alfabetização idealizado por Ferreiro e Teberosky, é de suma importância compreender as hipóteses de alfabetização propostas por elas, quais sejam:

A. Hipótese Pré-Silábica: É o estágio mais primário de escrita, no qual ainda não existe uma relação básica entre pronúncia e escrita, ou seja, não existe grande diferenciação gráfica entre uma letra e outra. Neste momento, o

25

desenho ainda toma grande parte das representações escritas da criança. A título de exemplo, a palavra “elefante” seria escrita com letras maiores que a palavra “passarinho”, devido à representação real desses animais. Este estágio está mais próximo da Garatuja nomeada/identificada, do que da escrita codificada. Como afirmam os autores,

“No nível pré-silábico, em um primeiro momento, o aprendiz pensa que pode escrever com desenhos, rabiscos, letras ou outros sinais gráficos, imaginando que a palavra assim inscrita representa a coisa a que se refere.”

(MENDONÇA; MENDONÇA, 2010, p. 39).

- B. Intermediário: Esta etapa é o meio termo que diferencia uma criança pré-silábica de uma que já apresenta uma hipótese silábica concreta. Isso porque, aqui, a criança já estabeleceu a relação entre pronúncia e escrita e começa a se desvincular do aspecto de desenho apresentado na etapa anterior.
- C. Hipótese Silábica: Apenas nesta etapa é quando passa a se fazer associações entre as sílabas pronunciadas e a escrita. É neste momento que passam a escrever através de apenas vogais ou apenas consoantes, por exemplo, a palavra GATO, escrevem: “GT” (apenas consoantes) ou “AO” (apenas vogais). No livro, *Reescrevendo a Educação* (2008), Telma Weisz dedica um capítulo para tratar acerca da Educação Infantil e acesso a cultura Escrita e, ao falar sobre a Hipótese Silábica, menciona que:

“[a criança] começa diferenciando o sistema de representação escrita do sistema de representação do desenho. Tenta várias abordagens globais (hipótese pré-silábica), numa busca consistente da lógica do sistema, até descobrir - o que implica uma mudança violenta de critérios - que a escrita não representa o objeto a que se refere e sim o desenho sonoro do seu nome. Neste momento costuma aparecer uma hipótese conceitual que atribui a cada letra escrita uma sílaba oral. Esta hipótese (hipótese silábica) gera inúmeros conflitos cognitivos, tanto com as informações que recebe do mundo, como com as hipóteses de quantidade e variedade mínima de caracteres construída pela criança.” (p. 73. Grifo Nosso.)

Esta etapa da alfabetização se caracteriza como uma das transições mais difíceis (entre a silábica e a silábica-alfabética) devido a um certo conforto que as crianças criam entre as relações cognitivas que estabelecem

com a escrita. Contudo, não confortável o suficiente no momento que comparam a própria escrita com a escrita convencional (de seus professores, por exemplo), que sempre vai apresentar mais letras ao escrever a mesma palavra que eles, como o “GT” que na escrita do professor viraria “GATO”, causando desconforto, conflito e, sequencialmente, do desequilíbrio dessa hipótese, promovendo a hipótese para a etapa seguinte.

D. Hipótese Silábico-Alfabética: neste estágio, a criança já compreende que a sílaba não pode ser entendida por uma letra só, por exemplo que “GA” de “GATO” não pode ser só a letra G ou só a letra A (só a consoante ou só a vogal), e que, quase sempre, estão acompanhados por uma ou mais letras. Como justifica Ferreiro (1986):

“Quando a criança descobre que a sílaba não pode ser considerada como unidade, mas que ela é, por sua vez, reanalisável em elementos menores, ingressa no último passo da compreensão do sistema socialmente estabelecido. E, a partir daí, descobre novos problemas: pelo lado quantitativo, se não basta uma letra por sílaba, também não pode estabelecer nenhuma regularidade duplicando a quantidade de letras por sílaba (já que há sílabas que se escrevem com uma, duas, três ou mais letras); pelo lado qualitativo, enfrentará os problemas ortográficos (a identidade de som não garante a identidade de letras, nem a identidade de letras a de som).” (FERREIRO, 1986, p. 13-14)

E. Hipótese Alfabética: Aqui a criança já concretizou as relações fonéticas e escritas das palavras e possui uma leitura e escrita bastante convencional, já podendo ser considerada alfabética. A idade que isso pode acontecer varia muito e depende de diversos fatores, muito além do aspecto cognitivo do processo de alfabetização. Idealmente com acesso a uma educação de qualidade e boa disposição pedagógica, uma criança pode estar plenamente alfabetizada aos sete anos de idade. Contudo, em decorrência da variação, vale pontuar que uma criança alfabetizada não é determinada unicamente pelas construções e ligações que faz entre os sons e a escrita convencional, mas também pela sua capacidade de se articular com essa ferramenta significados para interpretar o mundo e seu lugar nele através da relação vivida na sua comunicação do dia-dia, por exemplo.

27

“Acredita que as palavras escritas devem representar as palavras faladas, com correspondência absoluta de letras e sons. Já estão alfabetizados, porém terão conflitos sérios, ao comparar sua escrita alfabética e espontânea com a escrita ortográfica, em que se fala de um jeito e se escreve de outro.” (MENDONÇA; MENDONÇA. p, 40)

F. Ortográfico: A última coisa analisada do processo alfabetizante é o marco ortográfico de escrita, que, para teoria da psicogênese, tecnicamente, não é englobado como uma hipótese, visto que a escrita convencional ortográfica depende muito mais de uma série de regras gramaticais de cada língua do que de articulações cognitivas, psicológicas e culturais que se faz na relação com a construção do ler e escrever. Mas é importante constar que, após alfabetizadas, as crianças passam por um processo longo para torná-las plenamente ortográficas, através do aprendizado do uso de acentos, pontuações e uma série de outras convenções linguísticas.

Em essência, alfabetizar uma criança fazendo uso da psicogênese da língua escrita é um processo que implica muito respeito ao tempo da própria criança, visto que a construção dos saberes do ler e escrever é feita a partir do conhecimento que a criança já tem e vai se ampliando, não do professor. Observa-se, então, que a aquisição da leitura e escrita é a aquisição da forma de pensar da cultura de uma sociedade representada pela língua falada e escrita. Através da aquisição da leitura e escrita, a criança efetiva sua participação social nesta cultura, dado que alfabetizar é uma forma relevante de socializar à criança a cultura na relação social em que vive. E é, socializando-se na cultura através da alfabetização que a criança participa dele com significado que produz e conduz suas relações.

3.2. A Alfabetização Política de Paulo Freire

Dado que a alfabetização efetiva a socialização da criança na cultura da sociedade em que vive, além dos espaços para sua participação pela via dos significados que elabora, permanece a questão da qualidade desta participação. Sobre tanto, Paulo Freire (*Educação como prática da Liberdade*, 1967) tem a relevante contribuição:

“Desde logo, afastamos qualquer hipótese de uma alfabetização puramente

28

mecânica. Desde logo, pensavamos na alfabetização do homem brasileiro, em posição de tomada de consciência, na emersão que fizera no processo de nossa realidade. Num trabalho com quem tentássemos essa promoção de ingenuidade em criticidade, ao mesmo tempo em que alfabetizássemos.”

(FREIRE. 1967, p. 136. Grifo Nosso.)

O processo de aquisição de leitura e escrita é algo que potencializa e emancipa os indivíduos de uma sociedade, permite que se apoderem de seu conhecimento e tenham a capacidade de transmiti-lo e expressá-lo de acordo com seus entendimentos. Destaca-se, então, a capacidade como ferramenta de uso crítico pelas pessoas, para que as mesmas sejam capazes de observar o mundo como construção social na qual possam intervir como sujeitos, e vê-lo como algo transformável, mutável e em constante alteração. Dessa forma, a capacidade de ler e escrever possibilita aos sujeitos se situar no contexto sócio-histórico vivido. Por isso, a utilização do tempo “Construção do Ler e Escrever” se faz tão importante, afinal trata-se de uma construção histórica, política e social dos sujeitos e não apenas do aprendizado de um alfabeto como código de comunicação de referência.

A aquisição da leitura e escrita é porta de entrada para ler o mundo, não apenas a habilidade motora, mas como capacidade de atuar dentro de uma sociedade, como afirma, novamente, Freire:

“Estávamos convencidos, com Mannheim, de que ‘à medida que os processos de democratização se fazem gerais, se faz também cada vez mais difícil deixar que as massas permaneçam em seu estado de ignorância’. Referindo-se a esse estado de ignorância, não se cingir Mannheim, apenas, ao analfabetismo, mas à inexperiência de participação e ingerência delas, a serem substituídas pela participação crítica, uma forma de sabedoria. Participação em termos críticos, somente como poderia ser possível a sua transformação em povo, capaz de optar e decidir.” (1967, p. 134. Grifo nosso.)

Logo, o processo de Construção do Ler e Escrever é, essencialmente, uma ferramenta democrática, que possibilita que as massas saiam de um estado de ingenuidade, cada qual em seu contexto, e consigam fazer uma leitura de mundo. Possibilita igualmente a observação crítica da realidade, de modo a promover a capacidade de interpretá-la e agir, impedindo que o sujeito caia na comodidade de

acreditar que vive em um mundo pronto, acabado.

A proposição da alfabetização enquanto ato político é a base dos estudos e

obras de Paulo Freire, principalmente quando o autor fala sobre seu trabalho na alfabetização de adultos. A matéria de jornal *“Método Paulo Freire de Alfabetização: as lembranças emocionadas da 1ª turma”*, escrito por Fernanda Zauli (2013), que comemorou 50 anos em abril no ano do artigo, conta a história do trabalho realizado por Freire na cidade de Angicos em Rio Grande do Norte, onde tinha um objetivo desafiador: alfabetizar 300 adultos em 40 horas.

Contudo, o trabalho realizado pelo professor não foi aquele comumente encontrado em escolas daquele período, através de cartilhas e o estudo de sílabas. Muito pelo contrário, como afirmado na matéria:

“A experiência, inédita no Brasil, tinha uma meta ousada: alfabetizar adultos em 40 horas. Mas não era só isso. De acordo com o professor doutor Éder Jofre, Paulo Freire pretendia despertar o ser político que deve ser sujeito de direito. ‘A palavra ‘tijolo’ fez parte do universo vocabular trabalhado em Angicos. Era uma palavra que fazia parte do cotidiano dessas pessoas. Mas não era só ensinar a escrever tijolo, tinha também a questão social e política. Era questionado: você trabalha na construção de casas, mas você tem uma casa própria? Por que não tem? Levava o cidadão a pensar nessas questões’, explica Éder Jofre, que é doutor no método Paulo Freire.” (ZAULI. 2013, p. 1. Grifo Nosso.)

Em outras palavras, o professor buscava concretizar a construção de um sujeito político, crítico e consciente enquanto fosse alfabetizado, trabalhando a visão de mundo daquelas pessoas e situando-as dentro de um contexto cultural e socioeconômico. A história do tijolo é apenas um exemplo do que é o trabalho político de alfabetização. Através deste exemplo, compreende-se que a construção do ler e escrever enquanto ato político deve ser moldada a partir do contexto histórico de cada sujeito. Por isso, este mesmo trabalho, se no outro extremo do país, teria sido realizado de outra forma.

O verdadeiro impacto do trabalho freiriano não está na capacidade mecânica ou semântica que vem com a alfabetização dessas pessoas, mas com o impacto social e político, como consta na matéria a fala de um de seus alunos na época: “Paulo

Souza lembra que naquela época, quando tinha 20 anos, já não tinha esperanças de aprender a ler, até que chegou na cidade a notícia do

Ele conta que trabalhava o dia todo e seguia para as aulas que aconteciam em uma casa no centro da cidade. ‘Naquela época aqui era só mato. Depois do trabalho, a gente seguia para a aula com o caderninho debaixo do braço.

Aquilo mudou a minha vida, porque quando a gente não sabe ler a gente não participa de nada, a gente não é ninguém’, diz, emocionado.” (ZAULI. 2013, p. 1. Grifo Nosso.)

Através da fala de Paulo Souza, ilustra-se a essência do ato político da construção do ler e escrever. Percebe-se como a capacidade de ler o mundo, de se comunicar e se expressar, é a porta de entrada para uma participação ativa e consciente na sociedade; a alfabetização inclui os sujeitos no processo de construção da cultura, faz com que se apropriarem dela enquanto autores e sujeitos ativos nos processos e práticas sociais de interação e permite a construção de conhecimentos no contexto histórico que os cerca e engloba. No sentido político, a alfabetização efetiva-se com a práxis articulando a vivência com a teorização sobre ela.

Em comparação com o trabalho de Ferreiro e Teberosky, que possuía um enfoque mais semântico da leiteria e escrita, Freire tinha uma abordagem muito mais focada na leitura de mundo, na vivência das pessoas e no conhecimento prévio das mesmas, como perceptível nas palavras:

“O método Paulo Freire é dividido em três etapas. Na etapa de Investigação, aluno e professor buscam, no universo vocabular do aluno e da sociedade onde ele vive, as palavras e temas centrais de sua biografia. Na segunda etapa, a de tematização, eles codificam e decodificam esses temas, buscando o seu significado social, tomando assim consciência do mundo vivido. E no final, a etapa de problematização, aluno e professor buscam superar uma primeira visão mágica por uma visão crítica do mundo, partindo para a transformação do contexto vivido.” (ZAULI. 2012, p. 2).

Contudo, apesar destes três estudiosos (Ferreiro e Teberosky e Paulo Freire) terem enfoques diferenciados em suas abordagens em relação à alfabetização, têm pontos em comum, principalmente no que se diz respeito ao ser alfabetizante enquanto sujeito autor de seu processo de construção do ler e escrever. Isto é, no que diz respeito à observação sobre aquele aluno (seja criança, jovem ou adulto)

enquanto processo central para adquirir a escrita como ferramenta para emancipação social, para que consiga enxergar o mundo ao seu redor e participar criticamente da sociedade enquanto autor e construtor social.

A presença, o impacto e a influência do Neoliberalismo na educação não se resumem apenas aos aspectos subjetivos, como apontados anteriormente, através de valores, ideologias, discursos e etc... Esta participação neoliberal também se manifesta de maneira literal na educação, através da entrada de empresas de capital aberto na compra de instituições de ensino, a partir de 2007, começando pelo Ensino Superior a intervir nas formas como a educação escolar desloca-se de sua função de origem.

Através de uma pesquisa de Iniciação Científica concluída em 2022, realizei uma coleta de dados significativa por via de análise de documentos, registros e apresentações acerca da participação de empresas de capital aberto na educação básica onde, falando sobre o começo deste movimento mercantil nas escolas, é mencionado que:

“Esse movimento, historicamente, tem ocorrido em solo brasileiro desde o início do século XXI mas, primeiramente, apenas na Educação Superior, muito devido a mecanismos como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) que atuava como uma legislação favorável ao investimento de empresas como a Kroton Educação, que no período de 2014 adquiriu mais de 1 milhão de estudantes através do fundo de investimentos³ nesse setor educacional.” (MARSOLI, p. 8)

Instituições como a Kroton, Estácio de Sá, Universidade Paulista (UNIP), Laureate e Ser Educacional agregam, sozinhas, mais do que todas as matrículas públicas no Brasil, como demonstra o gráfico abaixo desenvolvido pelo pesquisador Dr. Allan Kenji Seki (2022):

³ Forma de aplicação financeira formada por grupos de investimento (tanto nacionais quanto internacionais) que possuem o foco principalmente em rentabilidade; são ativos financeiros negociados sem restrição. (MARSOLI, 2022).

empresas.

Quando observado o gráfico, percebe-se a magnitude da influência destes grupos sobre a educação superior, assegurando uma concentração enorme de matrículas sem oferecer, necessariamente, uma boa qualidade formativa para universitários, visto que boa parte destas universidades focam muito mais no aspecto quantitativo lucrativo do que qualitativo. Assim, há o foco nos investimentos em massificação de cursos (principalmente na modalidade EaD) a fim de, a menos em tese, acessibilizar a educação por um preço mais barato. Mas até que ponto isso viabiliza uma educação de qualidade mantendo e aprimorando o projeto original da educação laica, pública e gratuita para todos?

Em um artigo acadêmico do ano passado (2022), a Dra. Madalena Guasco Peixoto, professora e pesquisadora da PUC-SP, menciona que:

“Adrião (2016), de acordo com a pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional da UNICAMP, revela como organizações empresariais de capital aberto (Pearson, Abril Educação, Santillana, Grupo Objetivo e Grupo Positivo) atuam no setor público por meio do auxílio dos gastos municipais com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE). A autora mostra como essa estratégia empresarial acaba por influenciar na garantia do direito à educação, ressaltando que tais

34

grupos ‘integram um cenário complexo de grandes e vultosas negociações [...] em bolsa de valores’ (ADRIÃO, 2016, p. 31), atuando pelo recebimento, cada vez maior, de dinheiro público.” (PEIXOTO. 2022, p. 1)

Percebe-se como estes grandes grupos empresariais educacionais possuem um enfoque muito mais burocrático e mercantil do que realmente educacional, buscando quantificar suas atuações na bolsa de valores através da quantia de matrículas estipuladas pelas universidades.

4.1. Entrada de empresas de Capital Aberto na Educação Básica Brasileira A partir de 2012, o fenômeno observado acerca da privatização do Ensino Superior e da participação de grandes grupos educacionais (de universidades) na bolsa de valores, passa a integrar a área de Educação Básica, como afirma Marsoli (2022):

“Para termos um panorama maior da disparidade da relação Superior e Educação Básica, no quesito de poder financeiro e lucrativo, podemos

tomar de base as informações trazidas pelas pesquisadoras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 2017), onde contemplam que apenas no setor básico temos mais de quarenta e oito milhões de matrículas, das quais 19% estão sob o domínio da iniciativa privada, ou seja, em média nove milhões cento e vinte mil matrículas. E, em contrapartida, no setor privado da Educação Superior, temos uma média de seis milhões de matrículas. Indicando como, mesmo em menos tempo de atuação na Educação Básica ela já se apresenta como um aparato mais atrativo para essa modalidade de financeirização.” (p. 8 e 9. Grifo Nosso.)

Desta forma, observamos dois tipos principais de intervenções que passam a acontecer entre os grupos educacionais e escolas de educação básica: (1) fusões/aquisições e (2) compra e venda de materiais didáticos para escolas da rede pública e particular. No primeiro caso, vale lembrar os acontecimentos de 2020, durante a pandemia, em que a empresa chilena, Vitamina, comprou mais de 30 escolas brasileiras particulares de educação infantil, como consta na matéria do jornal Terra (2023), se referindo a escola Jacarandá que foi comprada em 2019 pelo grupo, consta:

“Antes de ser adquirida pelo grupo em 2019, a instituição era reconhecida como uma referência em educação infantil na cidade de São Paulo, com mais de 25 anos de atuação na região de Higienópolis.

35

‘É muito triste ver o que aconteceu com a escola, as donas eram profissionais maravilhosas, mas toda a proposta pedagógica foi mudada. Agora virou um espaço apenas para as crianças estarem sem educação alguma’, diz.” (p.2. Grifo Nosso.)

Atualmente, a empresa tem passado por diversos problemas financeiros, atrasando pagamentos de aluguéis e do salário dos professores, as diversas escolas que foram adquiridas estão, tristemente, fechando suas portas. Espaços que, como afirmado pela entrevistada na matéria, eram antes cuidados e prezados por educadores e profissionais que possuíam um trabalho pedagógico significativo e verdadeiro.

A segunda modalidade de aplicação financeira desses grupos é através da compra e venda de material conhecidos como Sistemas Privados de Ensino (SPEs), nomes de empresas educacionais envolvidas contam com: Pearson (dona da rede de escolas *Wizard*), Abril Educação (conhecida pelos cursos preparatórios da Anglo),

Grupo Objetivo e o Grupo Positivo. Um grupo de pesquisadores da cidade de São Paulo elaboraram em um artigo científico em 2020 sobre como funciona este sistema de compra e venda:

“[...] integrada por atividades tradicionalmente desenvolvidas pelas equipes pedagógicas dos órgãos da administração pública e das escolas: formação continuada de educadores, acompanhamento e supervisão das atividades docentes; investimento na produção e distribuição de materiais didáticos aos alunos; processos de avaliação externa e interna, entre as principais encontradas.”
(ADRIÃO *et al.*, 2009, p. 806).

Desta forma, estes grupos empresariais oferecem uma mercadoria que, originalmente, é produzida e distribuída pelo próprio aparelho estatal. Servindo como um gasto a mais que não será necessário. Como afirma, Marsoli (2022):

“E, em contrapartida a esses requisitos educacionais, os SPEs se apresentam como um gasto a mais de recursos que já existem no âmbito público. Como indicado pela própria pesquisa, a maior venda, para uma escola no estado de São Paulo pelo Grupo Objetivo, com um gasto total de **quatro milhões noventa e dois mil duzentos e quarenta reais** para apenas a compra de apostilas e formação continuada para professores. Isto acaba por se concretizar, propriamente, como um desvio de recursos públicos que poderiam ter sido investidos em outras estruturas das escolas municipais, agregando a cada vez mais desigualdade e segregação para o acesso a uma educação básica de qualidade.” (p. 10)

Ademais, apesar de parecer inofensivo, como a maioria das ações destas empresas, isso mascara a brutal realidade de retirada da autonomia do trabalho pedagógico das equipes de profissionais da escola (sejam da rede pública ou

36

particular), demonstrando o esvaziamento simbólico da educação, do trabalho dos profissionais da educação, através da padronização, burocratização e terceirização desse trabalho, impedindo o trato das peculiaridades de cada escola. Fere assim, diretamente a gestão democrática das escolas; empresariando-as.

4.2. O Analfabetismo Funcional no Brasil e seus efeitos socioculturais na população

Na sociedade neoliberal existem sujeitos não alfabetizados que podem participar do processo produtivo mercantil, trabalhando e articulando a economia mesmo sem a capacidade de ler e escrever; os chamados “analfabetos funcionais”. De acordo com a matéria do Jornal da USP, por Tainá Lourenço, *Escolas brasileiras ainda formam analfabetos funcionais* (2020):

“Neste sábado, 14 de novembro, o Brasil comemora o Dia Nacional da Alfabetização, mas com pouco a comemorar, diante dos 29% da população

que ainda possuem dificuldades para interpretar e aplicar textos e realizar operações matemáticas simples no cotidiano. O dado é do *Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf)*, divulgado em 2018, que classifica como analfabetos funcionais os brasileiros que encontram barreiras em suas vidas como cidadãos, incluindo o mercado de trabalho.” (LOURENÇO. 2020, p.1)

Em essência, analfabetos funcionais são pessoas que, por mais que não tenham concretizado a habilidade de leitura e escrita, conseguem realizar atividades do cotidiano, trabalhar e conviver. E, como indicado pela matéria da USP deste ano (2023): “*Brasil tem mais de 10 milhões de analfabetos, apesar da queda da taxa em 2022*”, por Suzana Nazar, percebe-se que ainda nesta década, 29% da população total são participantes deste grupo.

“Uma pessoa analfabeta está sujeita a uma série de preconceitos, desde sua inserção social plena na sociedade até para conseguir um emprego. Conforme o educador e filósofo Paulo Freire, a alfabetização é mais, muito mais, do que ler e escrever. É a habilidade de ler o mundo’.” (NAZAR, 2016. p.2. Grifo Nosso.)

E, diante do cenário ultraliberal, é notável como o analfabetismo funcional, com alto índice no país, não é necessariamente visto como um problema. Dificultando a possibilidade destes sujeitos terem acesso à cidadania plena, na medida em que suas condições dificultam a leitura como análise do mundo vivido, tornando-a opaca, dissimulada por não reproduzir ferramentas conceituais para análise crítica das condições sociais, econômicas e políticas vividas.

Através de uma pesquisa pelo site do Indicador de Analfabetismo Funcional (INAF, 2023), encontram-se dados alarmantes que indicam o aumento crescente do

37

nível de analfabetos funcionais no país desde 2007 até 2018 (último ano com pesquisas públicas), dentre alguns dos gráficos que o site apresenta, os seguintes possuem as informações mais relevantes:

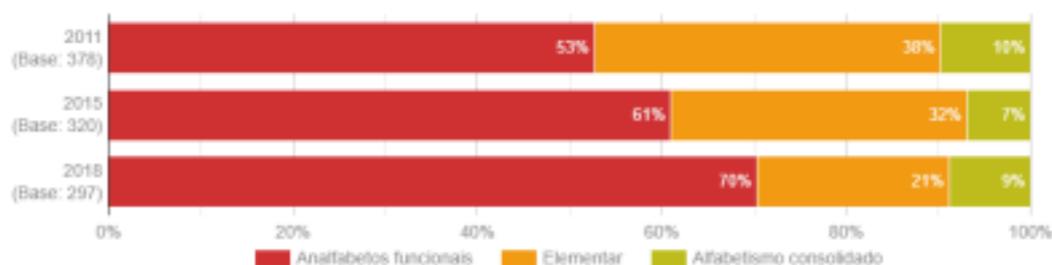


Gráfico 1: apresenta as quantidades (em porcentagem) entre analfabetos funcionais, elementares e alfabetizados, observado apenas do 1.º ao 5.º ano do

Ensino Fundamental, entre os anos de 2011, 2015 e 2018.

O gráfico 1 indicado acima de 2011 até 2018 observamos um aumento de 17% de analfabetos funcionais em crianças do 1.º ao 5.º ano do Ensino Fundamental, enquanto, por outro lado, o crescimento de crianças alfabetizadas foi de apenas 2% entre 2015 e 2018, sendo que, em relação a 2011 houve uma queda de 1%. Ou seja, observa-se um decaimento no nível de crianças alfabetizadas e um aumento de analfabetos funcionais.

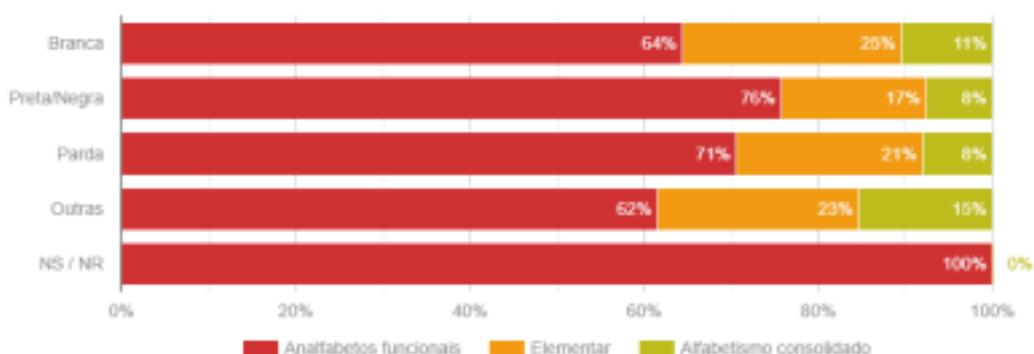


Gráfico 2: aponta a quantidade (em porcentagem) de analfabetos funcionais, elementares e alfabetizados consolidados de acordo com raça no ano de 2018.

No segundo gráfico observa-se outra relação direta entre raça/cor e grau na alfabetização, visto que, o grau de analfabetos funcionais se concentram mais entre

38

a população negra e parda (76% e 71%, respectivamente) do que brancos e asiáticos (outras) (64% e 62%, respectivamente), indicando uma diferença média de 12% entre os grupos. E, de forma similar, nestes mesmos grupos com maior concentração de analfabetos funcionais também podemos perceber um menor nível de pessoas alfabetizadas consolidadas.

Ou seja, ao invés de, com o passar dos anos estarmos observando uma diminuição na porcentagem da população brasileira analfabeta ou analfabeta funcional, observa-se o movimento contrário, um aumento da porcentagem de analfabetismo funcional e uma diminuição de alfabetizados consolidados desde o ano de 2011 no Brasil. Em outras palavras, temos cada vez menos pessoas tendo a possibilidade de acessar uma educação de qualidade para uma alfabetização

efetiva, principalmente nos grupos raciais com maior nível de pobreza e miséria do país. Nesse sentido, a fala do carpinteiro, José Pereira Leite, é relevante: “Quando vim pra São Paulo, se eu queria escrever uma carta, tinha que pedir a uma pessoa. Hoje eu sei fazer meu nome, eu conheço as letras do meu nome todo e já estou conhecendo outras. Não sabia também o que era número e hoje eu sei.” (Site do INAF, 2023).

O ato de aprender a ler e escrever, como portal que introduz a construção do conhecimento, e como vai muito além da capacidade motora e cognitiva, trata-se de uma questão política de acesso a direitos envolvidos por conhecimentos que a leitura e a escrita proporcionam. Nesse sentido ler e escrever com qualidade permite acesso à cidadania e à identidade (como o próprio nome), de pertencimento a uma sociedade que estes sujeitos (analfabetos funcionais e analfabetos) participam todos os dias, muitas vezes, de forma passiva; alheia, indiferente às coisas que o cercam pela incapacidade de situar-se através de sua leitura.

4.3. A “empresarização” das escolas: as novas políticas de ensino e o marketing das metodologias de ensino

Para além do panorama financeiro e mercantil percebe-se cada vez mais e mais que, com a entrada destas empresas de capital aberto na atuação escolar, um processo de “empresarização” das escolas; uma burocratização tecnologicizada que, desde 2012, se torna cada vez mais rígida e similar a procedimentos pregados, por exemplo, na bolsa de valores ou, até mesmo, em uma loja que vende mercadorias.

39

Em seu livro, “*A Escola não é uma Empresa*” (2019) o pesquisador francês, Christian Laval, discorre a respeito da transformação do espaço escolar num ambiente empresarial onde as forças de gestão estão todas mobilizadas em favor do lucro e da rentabilidade, assim como do controle, planejamento e mensuração da educação enquanto mercadoria. Na mesma linha de pensamento, Marsoli (2020), afirma:

“De tal maneira, que o que antes era uma gestão baseada na democracia, se torna uma gestão baseada na burocracia. O foco maior, entre os docentes, se torna em diminuir ‘irregularidades’: aqueles mais distantes, autônomos demais ou atrasados demais se tornam um empecilho para o crescimento da empresa, é necessário uma força de trabalho que esteja satisfeita com a figura de liderança e ‘fiéis executantes da ordem’ (LAVAL,

2019), para que com mais facilidade se forme uma força de trabalho única, racionalizada e confortável.” (p. 13)

A grande problemática aqui se concentra no esvaziamento do discurso simbólico da educação, percebe-se um constante processo de padronização, burocratização do trabalho educacional, tirando, não apenas dos alunos, mas de todo corpo escolar um senso de personalidade, autonomia, individualidade (não individualismo) e organicidade.

O mesmo movimento foi observado através dos gráficos de analfabetismo funcional elaborados pelo INAF, que indicavam um crescimento percentual entre 2011 a 2018 de analfabetos funcionais no Brasil. Ou seja, ao invés de se observar uma evolução e um enriquecimento no trabalho educacional brasileiro, desde a entrada de empresas de capital aberto na educação observa-se o contrário, um empobrecimento.

Além destas empresas estarem exclusivamente vinculadas ao trabalho de escolas privadas, afetam diretamente o trabalho de escolas públicas através da venda de materiais externos (como foi indicado anteriormente) e do enfraquecimento da lógica pedagógica de atuação escolar voltada para emancipação política. As pesquisadoras da Universidade de Campinas (UNICAMP) exprime bem esta lógica em seu trabalho, onde discorrem:

“Em síntese, há de se chamar a atenção para o fato de que com a transposição dos mecanismos empresariais para a administração pública, evidencia-se o processo de resignificação tanto dos direitos conquistados pela classe trabalhadora quanto da função social da escola e, com isso, o

40

estabelecimento de um determinismo mercantil, que apregoa ser a lógica do mercado o único caminho possível.” (SILVA; RODRIGUES, 2014, p. 122).

Como mencionado anteriormente, ao analisar os trabalhos de Emília Ferreiro e Ana Teberosky, alfabetização semântica e de Paulo Freire, a alfabetização política, a construção do ler e escrever se concentra na articulação entre sujeito-mundo, num trabalho criativo-crítico de investigação constante sobre a realidade empírica onde, o sujeito se socializa o que lhe permite situar sua própria identidade nas condições históricas vividas. A narrativa neoliberal, por sua vez, esvazia a proposta emancipadora pedagógica para a aquisição da leitura e escrita, tanto na visão

semântica quanto na política.

As propostas “educativas” empresariais e burocráticas operam ideologicamente um discurso maquiado, incorporado ao discurso neoliberal, o que produz o enfraquecimento da potência da leitura e da escrita de emancipar politicamente os sujeitos. Paulo Freire, em sua obra “Pedagogia da Autonomia” (1996) já falava sobre isso destacando a ética de trabalho do professor:

“Educadores e educandos não podemos, na verdade, escapar à rigurosidade ética. Mas, é preciso deixar claro que a ética que falo não é a ética menor, restrita, do mercado, que se curva obediente aos interesses do lucro. (...) Não falo obviamente dessa ética. Falo, pelo contrário, da ética universal do ser humano. (...) A ética que falo é a que se sabe afrontada na manifestação discriminatória de raça, de gênero, de classe. É por esta ética inseparável da prática educativa, não importa se trabalhamos com crianças, jovens ou com adultos, devemos lutar.” (p. 9)

A lógica empresarial deteriora, assim, a concepção de Educação Escolar proposta em sua origem, a escola foi constituída para compreender a democracia e a cidadania, como o local para celebrar as diferenças e, ao mesmo tempo, a coletividade do convívio humano. Paralelamente, quando falamos da alfabetização crítica, falamos exatamente sobre a escola enquanto a instituição que celebra a formação de indivíduos pensantes, cada qual com sua própria visão do mundo, sua leitura da realidade, completamente contrário a uma lógica encaixotada, onde tudo deve seguir um padrão rigoroso que sequer faz sentido na construção dos saberes humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença do Neoliberalismo no sistema educacional brasileiro é algo irrefutável, por mais que esteja sendo um processo bastante mascarado e implícito nas entrelinhas. Já é visível no dia-dia da sala de aula, e nos processos da construção do sujeito político. A transformação que observamos no cenário econômico e mercantil não apenas pode, como está se reproduzindo no contexto sócio-cultural das escolas.

Considerando o trabalho de alfabetização semântico de Ferreiro e Teberosky e da alfabetização política de Freire um contexto do discurso neoliberal na educação, observa-se que: esses autores buscam no trabalho de construção do ler e escrever compreender o sujeito em aprendizado, cada qual em sua própria realidade, em um processo único de construção significativa do ler e escrever, constituindo não apenas uma habilidade mecânica (de pegar o lápis e escrever letras ou de saber ler livros), mas do desenvolvimento de um sujeito político e crítico, que saiba se articular com o mundo ao seu redor, fazendo uma leitura do mesmo. A dinâmica do contexto neoliberal enfraquece este trabalho simbólico de alfabetização na medida que o mesmo possui um enfoque muito mais mercantil, instrumental, burocratizado e empresarial.

O contexto sócio-político neoliberal compromete o trabalho alfabetizante político, semântico e simbólico dentro de uma dinâmica da educação escolar, voltado para obter resultados e aumento da produtividade que o enfoque no desenvolvimento do sujeito social político. Atualmente, a capacidade de ler e escrever (criticamente e politicamente) não é algo celebrado na realidade Ultraliberal, pois é estimulado, ao máximo, a homogeneização de uma forma de pensar e na reprodução. No neoliberalismo a realidade multifacetada e diversa onde cada um, cada qual em seu contexto único, tenha uma visão crítica e questionadora sobre sua vivência não é priorizado, pois o lucro sozinho aplicado na ideia de escola como sucesso na classificação, não preenche o significado para mover sujeitos a algo humanizante, voltando-se para competição e empobrecendo a sua capacidade reflexiva de viver.

Visto isso, se faz importante esclarecer que, não se trata de se manifestar contra aqueles que reproduzem essa lógica trabalhista dentro da visão mercantil neoliberal. Porém, é defendido veementemente, numa perspectiva educacional e

42

pedagógica, o ideal de que todos têm o direito de se capacitarem (dentro de sua realidade) para questionar o contexto em que se situam e serem capazes de fazer uma leitura de mundo, com o poder de escolha: “Numa alfabetização em que o homem, porque não fosse seu paciente, seu objeto, desenvolvesse a impaciência, a vivacidade, característica dos estados de procura, de invenção e reivindicação.” (FRERE,1985, p. 112). Caso contrário estaremos fadados a uma massificação do

pensamento humano, sem escolhas.

Compreender a relação sistêmica que foi se desenvolvendo, historicamente, entre o neoliberalismo e a educação escolar, é entender uma rede complexa de elementos que se articulam entre si e que vieram se construindo ao longo de vários séculos no desenvolvimento capitalista da sociedade. Situando, dessa forma, o cenário onde essas duas lógicas de compreensão da socialização do ser e da constituição do conhecimento dos sujeitos se misturam dentro da sala de aula é muito relevante.

Por isso, não se trata necessariamente de apontar soluções, mas de situar os problemas. Nesse sentido, é necessário investigar a defasagem de constituição política dos sujeitos e o estado da capacidade crítica dos mesmos dentro do contexto que estamos vivendo atualmente.

Acredito que se trata de uma crise educacional sistêmica que demanda posicionamento, manifestação e luta de educadores e educandos, não é um momento de cairmos numa posição conformista, de aceitação das coisas como se não houvesse nada a ser feito. Para isso a luta por uma alfabetização política e pela construção da consciência crítica nos sujeitos, torna-se essencial:

“Tenho o direito de ter raiva, de manifestá-la, de tê-la como motivação para minha briga tal qual tenho o direito de amar, de expressar meu amor ao mundo, de tê-lo como motivação de minha briga porque, histórico, vivo a História como tempo de possibilidade não de determinação. Se a realidade fosse assim porque estivesse dito que assim teria de ser não haveria sequer por que ter raiva. Meu direito à raiva pressupõe que, na experiência histórica da qual participo, o amanhã não é algo “pré-dado”, mas um desafio, um problema. A minha raiva, minha justa ira, se funda na minha revolta em face da negação do direito de ‘ser mais’ inscrito na natureza dos seres humanos. Não posso, por isso, cruzar os braços fatalistamente diante da miséria, esvaziando, desta maneira, minha responsabilidade no discurso cínico e ‘morno’, que fala da impossibilidade de mudar porque a realidade é mesmo assim. O discurso da acomodação ou de sua defesa, o discurso da exaltação do silêncio imposto de que resulta a imobilidade dos silenciados, o discurso do elogio da adaptação tomada como fado ou sina é um discurso negador da humanização de cuja responsabilidade não podemos nos

43

eximir. A adaptação a situações negadoras da humanização só pode ser aceita como consequência da experiência dominante, ou como exercício de resistência, como tática na luta política.” (FREIRE, 2005, p. 39.)

É nesta breve, porém longa, fala de Freire que sinalizo a essência dos apontamentos dessa pesquisa. Trata-se de encarar esses fatos, esses gráficos,

estes estudos e artigos mencionados não como apenas palavras num papel, mas como história do presente e como algo incômodo a ser encarado. Afinal, a fatalidade de vivenciar a realidade educacional hoje como algo “pronto”, como se “não tivesse o que fazer” é onde mora o erro da acomodação e da aceitação de algo que está sendo diariamente tirado das mãos dos professores e dos alunos: a educação significativa, política e verdadeira.

Manifesto então, nessas últimas linhas, que não parem de se incomodar, de se assustar ou se indignar, com as situações que vem acometendo a educação brasileira e o trabalho da construção da leitura e da escrita. Cabe a nós a luta, a manifestação, não-acomodação e não-aceitação na medida que, ninguém pode tomar do educador aquilo que é um direito seu. Afinal, enquanto houver luta, há possibilidade de transformação; de mudança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

HENRY, David. **A Desobediência Civil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

CONDORCET, Jean. **Relatório e Projeto sobre a Organização Geral da Instrução Pública**. Data original de publicação 1792. Tradução e publicação realizada pela revista Educação e Subjetividade.

RODRIGUES, Marcos. **Gutenberg e o Letramento do Ocidente**. In: Revista Educação e Linguagem, Campo Mourão, v.1, n.1, ago/dez. 2012. Disponível em: <https://acrobat.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:7d6a6ed6-45a9-34bd-afec-e90bdd705a35>. Acesso em: 18/10/2023.

ANDERSON, Perry In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 14

HAYEK, Friederich. **Introdução**. In: O Caminho da Servidão. 1944.

MONBIOT, George. **Sick of this market driven world? You should be**. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2014/aug/05/neoliberalism-mental-health-rich-p-overtly-economy>. Acesso em: 10/12/2021.

BARBOZA, José. **A Alfabetização sob o ponto de vista Histórico e Metodológico**. 2016. Disponível em: <http://www.unoeste.br/site/enepe/2016/suplementos/area/Humanarum/Educa%C3%A7%C3%A3o/A%20ALFABETIZA%C3%87%C3%83O%20SOB%20O%20PONTO%20DE%20VISTA%20HIST%C3%93RICO%20E%20METODOL%C3%93GICO.pdf>. Acesso em: 19/05/2023

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. 2019. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em 14/08/2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394: diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 17/08/2023.

COELHO, Sônia. **Caderno de Formação: Conteúdo e Didática da Alfabetização**. UNESP, 2010. Disponível em: https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40149/1/Caderno_Formacao_bloco2_vo12.pdf. Acesso em: 03/10/2023

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da Língua Escrita**. 1986.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 54ª edição, 2022. (1ª edição: 1967)

NAZAR, Suzana. **Brasil tem mais de 10 milhões de analfabetos, apesar da queda da taxa em 2022**. Jornal da USP, 4 de Julho de 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/brasil-tem-10-milhoes-de-analfabetos-apesar-da-queda-na-taxa-em-2022/#:~:text=De%20acordo%20com%20os%20dados%2C%20a%20taxa%20de%20analfabetismo%20caiu,490%20mil%20analfabetos%20a%20menos>. Acesso em 12/08/2023.

WEISZ, Telma. **Alfabetização, educação infantil e acesso à cultura escrita: as possibilidades da escola de nove anos**. In: Emerson Santos. (Org.). Reescrevendo a

educação. 1ª edição .São Paulo: Scipione, 2008). Disponível em: <http://www.oei.es/historico/pdfs/reescrevendo.pdf>. Acesso em: 12/10/2023.

ZAULI, Fernanda. **Método Paulo Freire de Alfabetização: as lembranças emocionadas**

da 1ª turma. G1, Rio Grande do Norte, 3 de abril de 2013. Disponível em:
<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/04/metodo-paulo-freire-de-alfabetizacao-as-letradas-emocionadas-da-1a-turma.html>. Acesso em: 16/10/2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 31ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2005. **46**